

**INEPAR EQUIPAMENTOS E  
MONTAGENS S.A. – em Recuperação  
Judicial**

**Demonstrações Financeiras  
Exercícios findos em 31 de dezembro de  
2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório da Administração

Balanço Patrimonial

Demonstração de Resultados

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração do Resultado Abrangente

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Relatório dos Auditores Independentes

Declarações dos Diretores

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.  
CNPJ 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

**Senhores Acionistas,**

A Administração da INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – em Recuperação Judicial em observância as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento integral da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários submete à apreciação os fatos e eventos relevantes do ano, acompanhados das Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

**Mensagem da Administração**

O ano de 2014, como já comentado no 3ITR14, demonstrou-se um dos anos de maiores desafios para o Grupo Inepar. A queda da atividade econômica nos dois últimos anos, a diminuição dos investimentos em infraestrutura, a crise que atravessa o setor de Óleo e Gás chegou ao seu ápice e o aumento de todos os custos de produção, afetaram diretamente todo o planejamento que a Grupo desenvolveu para seu crescimento e retomada para o ano de 2015. Além de todos estes fatores exógenos o status de empresas em recuperação judicial impactou profundamente no acesso a linhas de capital de giro junto ao sistema financeiro e um longo e árduo processo de manutenção da carteira de contratos em vigor.

A nova administração empossada em Setembro de 2014, já dentro do ambiente de Recuperação Judicial, iniciou um forte processo de ajuste interno em todas as empresas do Grupo visando à adequação de suas estruturas a este novo ambiente em que a empresa passou a conviver. O fortalecimento de um centro de serviços compartilhados, o ajuste e adequação da capacidade fabril na IESA Projetos, Equipamentos e Montagens em Araraquara, a manutenção dos principais contratos vigentes na IESA Óleo & Gás, a busca por capital de giro para a manutenção das atividades operacionais e a busca por soluções estratégicas para o melhor uso dos ativos existentes no grupo vem consolidando o cenário propício para que, durante o ano de 2015, a Companhia apresente resultados financeiros e econômicos positivos.

O ano de 2014 também foi marcado pela profunda renegociação das dívidas do grupo, através dos assessores Financeiros e Jurídicos do Grupo, Banco Brasil Plural S.A., Felsberg Advogados e Freire, Assis, Sakamoto e Violante Advogados, respectivamente. O processo de recuperação Judicial trouxe à mesa todos os principais credores do Grupo INEPAR, o que permitiu iniciarmos um processo de profunda renegociação dos passivos financeiros existentes visando à adequação da estrutura de capital necessária para as principais empresas do grupo.

---

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.  
CNPJ 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Nossa expectativa é que durante o primeiro semestre do ano de 2015 consigamos finalizar todas as negociações com os credores do grupo e consigamos a aprovação do Plano de Recuperação Judicial proposto em 24 de novembro de 2014. Neste plano preconizamos a retomada do Grupo Inepar em fases:

- i. Fase de ajuste na estrutura de capital do grupo – esta fase foi iniciada em Agosto de 2014 com a entrada do Grupo Inepar no ambiente de Recuperação Judicial visando, de forma organizada, alinhar os interesses de todos *stakeholders* do Grupo e buscar uma solução estruturada de adequação do endividamento global das empresas. Para esta fase, foi proposto no Plano de Recuperação Judicial, um processo de *Debt/Equity Swap*, onde se busca uma massiva conversão das dívidas existentes em posições de *equity* ou *equity* equivalente na empresa.
- ii. Fase de adequação do fluxo de caixa do Grupo – Concomitantemente ao trabalho que está sendo desenvolvido junto aos principais credores, também estão sendo desenvolvidas ações para monetização de alguns ativos não operacionais do Grupo, visando à adequação do fluxo de caixa para o ano de 2015. Um dos primeiros resultados obtidos foi à venda de fatia da participação da IESA Projetos Equipamentos e Montagens, em sua Joint Venture com a empresa Triunfo Construtora, a TIISA S.A.
- iii. Durante primeiro semestre de 2015 esperamos consolidar outras operações de fusão e aquisição que trarão importantes impactos positivos em temas críticos ao grupo. Estas ações estão associadas a iniciativas em outras áreas, tal como a consolidação do Programa REFIS, ao qual aderimos em 2014. Todas essas ações nos permitirão liberar penhores em ativos do grupo e concretizar operações com foco em capital de giro.

O fechamento da operação de venda da participação do grupo Inepar na empresa Andritz Hydro Inepar, iniciado antes de a empresa peticionar a recuperação judicial, é um dos focos neste processo de reestruturação da empresa. Seus benefícios se estendem desde o acesso a recursos para adesão ao REFIS, como nos permitirão consolidar as negociações que estão sendo realizadas com Itiquira Energética e Swiss RE, as quais visam encerrar uma discussão jurídica que se estende há anos no judiciário e que libera, no seu fechamento, penhores judiciais sobre quase todos ativos do Grupo.

O foco nas operações de venda de ativos e acordos com credores específicos foram seletivamente definidos para trazerem ganhos não só financeiros, mas

---

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.  
CNPJ 02.258.422/0001-97

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

também, e talvez tão importantes quanto, ganhos na estrutura de capital e na estrutura societária do Grupo INEPAR.

Outras operações estão sendo analisadas visando suportar a reestruturação global do Grupo, em ativos operacionais e não operacionais do grupo. Estimamos que, após a aprovação e homologação do plano de Recuperação Judicial, um processo organizado de desmobilização de ativos seja estruturado. Todos os recursos serão utilizados para a reestruturação e para capital de giro referente a atividades operacionais do Grupo INEPAR.

**REESTRUTURAÇÃO OPERACIONAL - ações já executadas e em andamento**

Como forma de acelerar o processo de recuperação do GRUPO INEPAR é destacada abaixo algumas ações que estão sendo desenvolvidas em diferentes níveis da empresa:

Societário e Administração

- i. Foi transferida para a cidade de Araraquara/SP a administração central do Grupo Inepar;
- ii. Os sócios fundadores da Inepar deixaram de exercer cargos ligados a administração direta da empresa, focando sua atuação no conselho de administração da empresa.
- iii. Em 18/09/2014 foi eleito o Sr. Warley Isaac Noboa Pimentel como Diretor Presidente (CEO) do GRUPO Inepar, com mandato até 31/12/2015, em substituição a César Romeu Fiedler.

**POLITICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES**

Como forma de materializar o princípio de transparência, a Companhia está formalizando uma política de divulgação de informações, que será conduzida e apresentada. Esta política tem como objetivo estabelecer o dever da Companhia de divulgar, de forma adequada, as informações relevantes sobre os seus negócios, estabelecendo as obrigações e os mecanismos de divulgação destas informações relevantes ao mercado.

**AUDITORIA EXTERNA**

Atendendo às disposições da Instrução CVM 381/03, a INEPAR informa que neste exercício não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras pela Baker Tilly Brasil Auditores & Consultores. A

---

INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A.  
CNPJ 02.258.422/0001-97

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO  
ÀS DEMONSTRAÇÕES EM IFRS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**

Companhia adota como política atender às regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As demonstrações financeiras individuais da Companhia estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e formam parte das demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte de nossos auditores independentes.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância às disposições constantes em instruções da CVM, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, autorizando a sua divulgação.

\*\*\*\*\*

---

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

## Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	Nota	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
			REAPRESENTADO
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa		114	108
Contas a receber de clientes	8	449	546
Créditos de impostos	9	2.282	5.517
Outros créditos		-	15
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>2.845</b>	<b>6.186</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Realizável a Longo Prazo</b>			
Partes relacionadas	17.1	270.922	330.069
Títulos a receber	10	-	3.933
Créditos de impostos	9	5.885	5.182
Depósitos judiciais		1.477	1.737
<b>Investimentos</b>	11	-	21.137
<b>Imobilizado</b>	12	41.718	44.349
<b>Total do Ativo Não Circulante</b>		<b>320.002</b>	<b>406.407</b>
<b>Total do Ativo</b>		<b>322.847</b>	<b>412.593</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

## Balanço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

<b>Passivo</b>	Nota	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
			REAPRESENTADO
<b>Circulante</b>			
Fornecedores		214	105
Salários e encargos sociais		306	307
Impostos e contribuições a recolher	13	7.327	4.687
Debêntures	14	455.961	271.494
Títulos a pagar		2.393	1.651
Outras contas a pagar		850	1.504
<b>Total do Passivo Circulante</b>		<b>467.051</b>	<b>279.748</b>
<b>Não Circulante</b>			
<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
Impostos e contribuições a recolher	13	33.878	32.907
Partes relacionadas	17.1	-	36.221
Impostos diferidos	15	13.936	14.739
Provisão de custos e encargos		-	210
Títulos a pagar		1.131	1.845
Debêntures	14	-	141.330
Provisões para contingências	16	7.501	6.936
<b>Total do Passivo Não Circulante</b>		<b>56.446</b>	<b>234.188</b>
<b>Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>			
Capital social	18 (a)	191.423	191.423
Reservas de lucros		-	12.845
Prejuízos Acumulados		(418.644)	(333.934)
Ajuste de avaliação patrimonial		26.571	28.323
<b>Total do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>(200.650)</b>	<b>(101.343)</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)</b>		<b>322.847</b>	<b>412.593</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

## Demonstração de Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2014	31/12/2013 REAPRESENTADO
<b>Receita Operacional Líquida</b>		<b>3.244</b>	<b>3.587</b>
Custos dos produtos e serviços		(2.399)	(2.794)
<b>Lucro Bruto</b>		<b>845</b>	<b>793</b>
<b>Receitas [Despesas] Operacionais</b>		<b>(53.534)</b>	<b>(26.210)</b>
Administrativas e gerais		(1.732)	(3.279)
Outras receitas e despesas operacionais	20	(30.665)	120
Resultado da equivalência patrimonial		(21.137)	(23.051)
<b>Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras</b>		<b>(52.689)</b>	<b>(25.417)</b>
Despesas financeiras	19	(49.790)	(78.948)
Receitas financeiras	19	1.884	1.413
<b>Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro</b>		<b>(100.595)</b>	<b>(102.952)</b>
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Correntes		727	779
Provisão p/ IRPJ e CSLL - Diferidos		561	158
<b>Prejuízo das Operações Continuadas</b>		<b>(99.307)</b>	<b>(102.015)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(99.307)</b>	<b>(102.015)</b>
Quantidade de ações ordinárias ao final do exercício		246.385.991	246.385.991
Quantidade de ações preferenciais ao final do exercício		66.034.745	66.034.745
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações ordinárias - R\$		(311,28)	(319,77)
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações preferenciais - R\$		(342,41)	(351,75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A . - em Recuperação Judicial

C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)

### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros				Lucros ou (Prejuízos) Acumu- lados	Outros Resultados Abrangentes			Patrimônio Líquido Total	
	Capital Social	Reserva Legal	Lucros a Realizar	Reserva para Capital de Giro		Lucros a Disposição Assembléia	Reservas de Reavaliação	Custo Atribuído AAP		Ajuste de Avaliação Patrimonial
<b>Em 31 de dezembro de 2012 - Originalmente apresentada</b>	<b>191.423</b>	<b>12.845</b>	<b>17.115</b>	<b>114.597</b>	<b>16.991</b>	<b>-</b>	<b>919</b>	<b>29.107</b>	<b>(957)</b>	<b>382.040</b>
Ajuste dos Títulos da Dívida Pública						(273.486)				(273.486)
Ajuste REFIS						67.058				67.058
Ajuste dos Pleitos						(8.194)				(8.194)
Ajuste BNDES/Debêntures						(173.593)				(173.593)
<b>Em 31 de dezembro de 2012 - Reapresentado</b>	<b>191.423</b>	<b>12.845</b>	<b>17.115</b>	<b>114.597</b>	<b>16.991</b>	<b>(388.215)</b>	<b>919</b>	<b>29.107</b>	<b>(957)</b>	<b>(6.175)</b>
Prejuízo do Exercício						(102.015)				(102.015)
Ajustes de Instrumentos Financeiros									2.115	2.115
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas									(17)	(17)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>										<b>2.098</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										<b>(99.917)</b>
Transferências aprovadas conf. 15ª AGO de 30/04/2013			4.749	16.991	(16.991)					4.749
<b>Transações de Capital com os Sócios</b>										<b>4.749</b>
Realização da Reserva Reavaliação						919	(919)			-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado						1.925		(1.925)		-
<b>Em 31 de dezembro de 2013 - Reapresentado</b>	<b>191.423</b>	<b>12.845</b>	<b>21.864</b>	<b>131.588</b>	<b>-</b>	<b>(487.386)</b>	<b>-</b>	<b>27.182</b>	<b>1.141</b>	<b>(101.343)</b>
Transferência das reservas de lucros para Prejuízos Acumulados		(12.845)	(21.864)	(131.588)		166.297				-
Prejuízo do Exercício						(99.307)				(99.307)
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>										<b>-</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										<b>(99.307)</b>
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado						1.752		(1.752)		-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>191.423</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(418.644)</b>	<b>-</b>	<b>25.430</b>	<b>1.141</b>	<b>(200.650)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

*(Em milhares de reais)*

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<u>(99.307)</u>	<u>REAPRESENTADO</u> <u>(102.015)</u>
Ajustes de Instrumentos Financeiros	-	2.115
Ganhos/Perdas de Capital s/ Coligadas	-	(17)
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<u>(99.307)</u>	<u>(99.917)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97

### Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
		REAPRESENTADO
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(99.307)</b>	<b>(102.015)</b>
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalentes		
Depreciações e amortizações	2.559	2.595
Perda na alienação de permanente	72	-
Equivalência patrimonial	21.137	23.051
Baixa dos Ajustes de Avaliação Patrimonial - FIDC	-	2.563
Variações monetárias e cambiais	43.137	70.768
Impostos diferidos	(561)	(158)
Provisões (Reversões)	354	527
<b>Prejuízo do exercício ajustado</b>	<b>(32.609)</b>	<b>(2.669)</b>
<b>(Aumento) redução no ativo:</b>		
Contas a receber de clientes	97	(73)
Títulos a receber	3.933	(205)
Créditos de impostos	3.017	(157)
Outros créditos	275	(40)
	<b>7.322</b>	<b>(475)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	109	13
Salários e encargos sociais	-	146
Impostos e contribuições a recolher	3.611	2.547
Provisão para impostos diferidos	(727)	(779)
Títulos a pagar	28	608
Outras contas a pagar	(654)	347
	<b>2.367</b>	<b>2.882</b>
<b>CAIXA CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(22.920)</b>	<b>(262)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Pagamento pela compra imobilizado	-	(3)
Títulos e Valores Mobiliários	-	20.307
Operações de mútuos com empresas ligadas	59.147	(21.159)
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>59.147</b>	<b>(855)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Operações de mútuos com empresas ligadas	(36.221)	1.121
<b>CAIXA GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(36.221)</b>	<b>1.121</b>
<b>AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>6</b>	<b>4</b>
Saldo inicial do caixa e equivalentes	108	104
Saldo final do caixa e equivalentes	114	108
<b>AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>6</b>	<b>4</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**  
**C.N.P.J. M.F - Nº 02.258.422/0001-97**

**Demonstração do Valor Adicionado**

*Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013*

*(Em milhares de reais)*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
		Reapresentado
<b>RECEITAS</b>	<b>1.853</b>	<b>4.054</b>
Venda de mercadorias, produtos e serviços	3.244	3.587
Perdas no recebimento de crédito	(1.403)	116
Outras Receitas / Despesas	12	351
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(29.502)</b>	<b>(2.855)</b>
Custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos	(2.399)	(2.794)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(27.103)	(61)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>(27.649)</b>	<b>1.199</b>
Depreciação e Amortização	(2.559)	(2.595)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>(30.208)</b>	<b>(1.396)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>(19.253)</b>	<b>(21.638)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(21.137)	(23.051)
Receitas Financeiras	1.884	1.413
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>(49.461)</b>	<b>(23.034)</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		
<b>PESSOAL</b>	<b>34</b>	<b>33</b>
Salários e encargos	34	33
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>22</b>	<b>-</b>
Federais	22	-
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>49.790</b>	<b>78.948</b>
Juros	49.790	78.948
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>(99.307)</b>	<b>(102.015)</b>
Prejuízos do Exercício	(99.307)	(102.015)
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO</b>	<b>(49.461)</b>	<b>(23.034)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

# **Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL**

A INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. - em Recuperação Judicial é uma Companhia aberta e está registrada no CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob. Nº 02.258.422/0001-97, e NIRE – Número de Inscrição de Registro de Empresas nº 353.003.536-84, está sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Bairro Moema, CEP 04088-001.

A Companhia, constituída em 31 de outubro de 1997, tem como atividade preponderante à fabricação e fornecimento de bens de capital sob encomenda, sistemas em regime “Turn-Key” (Pacotes), fabricação de equipamentos pesados, construção, montagem, modernização e manutenção de plantas industriais e de processos e, a fabricação e montagem de estruturas metálicas. Desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, na qual participa em 25,4 % do capital.

### **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

Em 29 de agosto de 2014, a INEPAR Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial ajuizou, em conjunto com as demais empresas do Grupo Inepar, pedido de recuperação judicial nos termos dos artigos 51 e seguintes da Lei 11.101/05.

A despeito dos esforços da administração junto aos credores, clientes e potenciais investidores, o pedido de recuperação judicial mostrou-se inevitável diante do agravamento da situação de crise econômico-financeira da Companhia.

A medida visa proteger o valor dos ativos das sociedades, atender de forma organizada e racional aos interesses da coletividade de seus credores, na medida dos recursos disponíveis e, principalmente, manter a continuidade de suas atividades.

Em 15 de setembro de 2014, foi proferida decisão deferindo, nos termos do artigo 52 da Lei 11.101/2005 (a LFRE), o processamento do pedido de recuperação judicial ajuizado pela INEPAR Equipamentos e Montagens S.A.- em Recuperação Judicial e demais empresas.

A referida decisão determinou, ainda, dentre outras providências:

- a) Nomeou, como administrador judicial, a sociedade Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.
- b) Determinou a suspensão de todas as ações e execuções em curso contra as sociedades do Grupo Inepar, nos termos do art. 6º, ressalvadas as ações previstas no art. 6º, §§ 1º, 2º e 7º, e o disposto no art. 49, §§ 3º e 4º, todos da LFRE.
- c) Determinou a dispensa de apresentação de certidões negativas para que as empresas exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais e creditícios, e
- d) Determinou a apresentação, pelas empresas, de plano de recuperação judicial, na forma do art. 53 da LFRE, para o dia 24 de novembro de 2014.

O plano de recuperação foi apresentado no prazo determinado.

Foi designada Assembleia Geral de Credores, em primeira convocação, para o dia 11 de fevereiro de 2015, ocasião em que seria necessária a presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, computados pelo valor, e em segunda convocação, para o dia 24 de fevereiro de 2015, quando seria realizada a assembleia com a presença de qualquer número de credores.

Como não houve quorum na primeira convocação, a assembleia instaurou-se na segunda convocação (em 24/02/2015), ocasião em que, lido o edital de convocação e nomeado um dos credores para o cargo de secretário, a credora Itiquira Energética S.A. solicitou a suspensão da Assembleia, o que, colocado em votação, foi aprovado, pelo que a Assembleia foi suspensa até o dia 17 de abril de 2015, às 10 horas. Porém com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores esta assembleia foi adiada para 13/05/2015, às 10 horas.

### **NOTA 2 – ATENDIMENTO AO OFÍCIO CVM**

Em 23 de setembro de 2013, a Controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, recebeu o Ofício/CVM/SEP/GEA-1 Nº 534/2013, datado de 18 de setembro de 2013, por meio do qual era informada do indeferimento dos pedidos de reconsideração formulados, no âmbito dos Processos CVM nºs RJ/10849 e RJ/10850, respectivamente, pela Inepar Energia S.A. (empresa incorporada pela Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial em 2011 e pela Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, acerca dos ajustes a serem feitos nas rubricas de contas a receber de clientes a faturar, nos valores dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa e nos valores da integralização do aumento de capital efetuado em 08 de outubro de 2004 na sociedade Penta Participações e Investimentos Ltda., com a utilização do investimento representativo de 18,11% do capital social da

# **Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Centrais Elétricas Matogrossenses – Cemat. Especificamente em relação à Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, aplica-se a determinação de ajuste nos valores dos Títulos da Dívida Pública Federal Externa.

O Ofício determinou que as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31/12/2012 fossem republicadas com os referidos ajustes, bem como reapresentadas as Informações Trimestrais – ITR's posteriores a essa data.

Na apresentação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou os referidos ajustes, baixando os saldos ativados dos Títulos da Dívida Pública, retroativamente nos saldos iniciais das demonstrações financeiras de 2012.

### **NOTA 3 – BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial nessas demonstrações.

Essas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas (coletivamente “CPCs”) emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), transformados em Normas Brasileiras de Contabilidade mediante aprovação pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Companhias Abertas mediante Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### **NOTA 4 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

#### **4.1 Classificações de Itens Circulantes e Não Circulantes**

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

#### **4.2 Compensações entre Contas**

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

#### **4.3 Transações em Moeda Estrangeira**

Os itens nestas demonstrações financeiras são mensurados em moeda funcional, Reais (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a empresa atua e na qual é realizada a maioria de suas transações, e são apresentados nesta mesma moeda.

Transações em outras moedas são convertidas para a moeda funcional conforme determinações do Pronunciamento Técnico CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras. Os itens monetários são convertidos pelas taxas de fechamento e os itens não monetários pelas taxas da data da transação.

#### **4.4 Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem as aplicações financeiras em poder da Companhia, de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

#### **4.5 Ativos Financeiros**

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; b) recebíveis; c) disponíveis para venda e d) outros ativos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

##### **(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### **(b) Recebíveis**

Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes estão classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis da Companhia compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

# **Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **(c) Ativos financeiros disponíveis para venda**

Ativos financeiros que não se qualificam nas categorias “a” e “b” acima, posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável, e as diferenças em moedas estrangeiras destes instrumentos, são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (*impairment*).

### **4.6 Contas a Receber de Clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment* (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente e ajustado pela provisão para *impairment* se necessária.

A provisão para créditos duvidosos foi constituída sobre parcela dos valores vencidos, sendo suficiente para cobertura de eventuais créditos incobráveis.

### **4.7 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras da Companhia, o investimento permanente em sociedade coligada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

### **4.8 Imobilizado**

A Companhia, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados a valor justo, efetuou em 2010 a avaliação pelo custo atribuído. O custo de aquisição registrado no imobilizado está líquido dos tributos recuperáveis, e a contrapartida está registrada em tributos a recuperar.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

### **4.9 Impairment de Ativos Não Financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras.



# **Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Companhia realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “impairment”.

Estes testes são realizados, de acordo com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, baseado em seu valor de uso (valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera obter com o bem).

### **4.10 Contas a Pagar a Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente se necessário.

### **4.11 Provisões**

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor for estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

### **4.12 Imposto de Renda e Contribuição Social**

As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido. O tributo é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o tributo também é reconhecido no patrimônio.

O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, lançados no ativo não circulante ou no passivo não circulante decorrem de diferenças temporárias originadas entre receitas e despesas lançadas no resultado, entretanto, adicionadas ou excluídas temporariamente na apuração do lucro real e da contribuição social. Os ativos decorrentes de créditos tributários diferidos somente são reconhecidos quando há expectativa da geração de resultados futuros suficientes para compensá-los ou até o limite de débitos tributários diferidos provisionados.

### **4.13 Apuração do Resultado**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas.

### **4.14 Reconhecimento das Receitas de Vendas**

A receita de vendas, quando existente, compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos e das devoluções.

A Companhia reconhece a receita quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **4.15 Dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício com base no estatuto social.

# **Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**

## **Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **4.16 Julgamentos e Uso de Estimativas Contábeis**

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados para perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil e valor residual dos ativos imobilizados;
- c) *impairment* dos ativos imobilizados;
- d) expectativa de realização dos créditos tributários diferidos do imposto de renda e da contribuição social;
- e) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Companhia.

### **4.17 Normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

As seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício de 2014. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

- IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e revisado em outubro de 2010. O IFRS 9 é o primeiro padrão emitido como parte de um projeto maior para substituir o IAS 39. O IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A determinação deve ser feita no momento inicial da contratação do instrumento financeiro. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos do IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do período. A orientação incluída no IAS 39 sobre *impairment* dos ativos financeiros e contabilização de *hedge* continua a ser aplicada. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. Essa norma entrará em vigor em 2017 e substitui a IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações. A Administração está avaliando os impactos de sua adoção.

### **NOTA 5 – REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013**

Atendendo aos requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros, aprovado pela Resolução nº 1.979/09 do Conselho Federal de Contabilidade, a Companhia preparou a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2013, compreendidas pelas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao exercício de doze meses findo em 31 de dezembro de 2013, apresentadas para fins de comparação, que estão identificadas com a nomenclatura "Reapresentado". Esses ajustes e reclassificações impactaram os saldos do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012, o resultado do exercício de 2013 e o resultado acumulado em 31 de dezembro de 2013.

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

<u>Conta contábil</u>		<u>Posição contábil em 31/12/2013</u>	<u>Ajustes para equiparação das demonstrações</u>	<u>Posição ajustada em 31/12/2013</u>
<u>Passivo Circulante</u>				
Debêntures	(a)	42.442	229.052	271.494
<u>Patrimônio Líquido</u>				
Prejuízos acumulados até 2012	(b)	161.548	(388.215)	(226.667)
Resultado do exercício de 2013	(a)	(46.556)	(55.459)	(102.015)
<u>Resultado do exercício</u>				
Despesas financeiras	(a)	(23.489)	(55.459)	(78.948)

(a) Ajuste referente ao recálculo da dívida das Debêntures de acordo com o contrato original (vide nota 14).

(b) Ajuste referente aos títulos da dívida pública (- R\$ 276.486)

(b) Ajuste referente ao REFIS (R\$ 67.058)

(b) Ajuste referente aos Pleitos (- R\$ 8.194)

(b) Ajuste referente ao recálculo da dívida das Debêntures conforme mencionado no item "a" (- R\$ 173.593)

### NOTA 6 – GERENCIAMENTO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento a Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC nºs 38, 39 e 40, e a Instrução CVM 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

- Recebíveis:** São classificados como recebíveis os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.
- Mensurados ao valor justo por meio de resultado:** As aplicações financeiras são classificadas como equivalente de caixa por serem de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado.
- Derivativos:** A Companhia não mantém operações com derivativos.
- Outros passivos financeiros:** São classificados neste grupo os empréstimos e financiamentos, os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais.
- Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros são iguais aos valores contábeis.
- Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros:** A Administração da Companhia realiza o gerenciamento da exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

- **Risco de crédito**

Como a principal característica dos produtos e serviços da Inepar é de grandes empreendimentos, o risco de crédito é bastante reduzido, uma vez que a grande maioria dos contratos, além de terem etapas de fabricação de médio e longo prazo, é paga na medida em que o empreendimento vai sendo executado.

- **Riscos de taxas de juros**

A Companhia monitora continuamente o comportamento das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

- **Riscos de taxas de câmbio**

A Companhia apresenta uma exposição, não relevante, ao risco de taxa de câmbio, conforme saldos informados na nota explicativa nº 22.

- **Derivativos e riscos associados**

A Companhia não possui operações com características de instrumentos financeiros derivativos na forma definida pela deliberação CVM nº 550 de 17 de outubro de 2008.

#### **Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros**

A fim de apresentar os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, conforme determinado pela CVM, por meio das Instruções nºs. 475/08 e 550/08, apresentamos a seguir demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros:

- **Variação na taxa de juros**



# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 8 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Contas a Receber de Clientes Interno	8.894	7.589
PCLD (Provisão para Perdas)	(8.445)	(7.043)
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b>449</b>	<b>546</b>
<b>Aging List Contas a Receber de Clientes</b>	<b><u>31/12/2014</u></b>	
A vencer em até 30 dias	25	
<b>Total a vencer</b>	<b>25</b>	
Vencidos acima de 90 dias	8.869	
<b>Total vencidos</b>	<b>8.869</b>	
<b>Contas a Receber de Clientes</b>	<b><u>8.894</u></b>	

### NOTA 9 – CRÉDITOS DE IMPOSTOS

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRPJ/CSLL Diferidos s/diferenças temporárias (nota 15)	5.063	4.578
ICMS a recuperar	304	305
IPI a recuperar	200	247
INSS a recuperar	-	3.076
PIS/COFINS a compensar – Lei 10.833/03	1.665	1.779
Saldo negativo de IRPJ/CSLL anos anteriores	108	106
Adiantamentos sobre parcelamentos	822	604
Prov. IRRF s/ aplicações financeiras	5	4
	<b>8.167</b>	<b>10.699</b>
Circulante	2.282	5.517
Não circulante	5.885	5.182

### NOTA 10 – TÍTULOS A RECEBER

O títulos a receber, com saldo de R\$ 3.933 em 31/12/2013, classificados no ativo não circulante, referem-se à venda das Ações Ordinárias Nominativas, representativas de 98.529 ações do capital social da empresa Nordon Indústrias Metalúrgicas S.A.

Em 31/12/2014 foi constituída provisão para perdas devido à falta de expectativa de recebimento do título.

### NOTA 11 – INVESTIMENTOS

O saldo de investimentos em 31/12/2014 encontra-se zerado (R\$ 21.137 em 31/12/2013) em virtude da sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial na qual detém 25,4% de participação, apresentar passivo à descoberto na mesma data.

Na sociedade controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, foi constituída provisão para passivo à descoberto da investida IESA – Projetos Equipamentos e Montagens S/A, no valor de R\$ 256.536, haja vista que, indiretamente, possui 100,00% de participação no capital da investida.

Informações sobre a IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Capital Social	200.809	200.809
Patrimônio Líquido	(253.541)	83.216
Resultado do Exercício	(342.679)	(90.751)

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 12 – IMOBILIZADO

	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Instalações e Ferramentas	Equipamentos de Informática	Total
Taxas anuais de depreciação	10, 15 e 20%	10%	10 e 20%	20%	
<b>Em 31 de Dezembro 2013</b>					
Custo	76.057	2.111	1.953	139	80.260
Depreciação Acumulada	(32.604)	(2.111)	(1.074)	(122)	(35.911)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>43.453</b>	<b>-</b>	<b>879</b>	<b>17</b>	<b>44.349</b>
Baixas	(213)	(6)	-	-	(219)
Depreciação	(2.460)	-	(97)	(3)	(2.560)
Baixas da Depreciação	142	6	-	-	148
<b>Saldo Final</b>	<b>40.922</b>	<b>-</b>	<b>782</b>	<b>14</b>	<b>41.718</b>
<b>Em 31 de Dezembro 2014</b>					
Custo	75.844	2.105	1.953	139	80.041
Depreciação Acumulada	(34.922)	(2.105)	(1.171)	(125)	(38.323)
<b>Valor contábil líquido</b>	<b>40.922</b>	<b>-</b>	<b>782</b>	<b>14</b>	<b>41.718</b>

Os principais bens patrimoniais da Companhia como: instalações, equipamentos e máquinas industriais estão locados para a coligada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial, em função da transferência das atividades operacionais e mercadológicas ocorrida desde 2004.

A Companhia procedeu à avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei 11.638/07 e 11.941/09, atendendo em especial a deliberação CVM nº 583, de 31 de julho de 2009, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 27 o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil e a deliberação CVM nº 619, de 22 de dezembro 2009, que aprova a Interpretação Técnica ICPC 10.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Companhia fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma, a Companhia atribuiu o valor justo através de laudo emitido por Empresa especializada.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade para os ativos imobilizados e outros ativos não circulantes, sendo que não foram identificadas perdas por “impairment”.

#### Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Companhia que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de valor residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas.

Para cada família de itens a Companhia estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “*in loco*” de todas as unidades avaliadas;
- Experiência da Companhia com ativos semelhantes;
- Experiência da Companhia com vendas de ativos semelhantes;
- Inventários físicos de todas as unidades avaliadas;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Especificações técnicas;
- Conservação dos bens;
- Política de Manutenção – Visando salvaguardar os ativos;

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Companhia com seus ativos.

O valor residual e a vida útil dos ativos e métodos de depreciação foram revistos no encerramento do exercício e não houve nenhum ajuste a ser aplicado.

Neste período a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizado foi necessária.

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 13 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
ICMS a recolher/parcelamento	1.080	1.059
ISS a recolher	1.500	1.385
Parcelamento Especial Lei 11.941/09 (a)	36.306	32.992
INSS e Senai a recolher (b)	<u>2.319</u>	<u>2.158</u>
	<u>41.205</u>	<u>37.594</u>
Circulante	7.327	4.687
Não circulante	33.878	32.907

(a) Utilizando os benefícios estabelecidos pela Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013, a Companhia em 31/12/2013 solicitou nova inclusão dos seus débitos previdenciários e dos impostos e contribuições federais consolidados junto a Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados nos passivos circulante, no montante de R\$ 66.235, dos quais R\$ 61.890 foram imputados a exercícios até 2011, já que foram considerados erros na apuração dos débitos consolidados incluídos no parcelamento original. Em 25/08/2014, a empresa com base na Lei nº 12.996 de 18 de junho de 2014, solicitou os parcelamentos dos débitos junto a PGFN (Procuradoria Geral da Fazenda Nacional) e débitos junto a Receita Federal do Brasil nas modalidades de débitos previdenciários e demais débitos. Os débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 de 09 de outubro de 2013, foram migrados para os parcelamentos da Lei nº 12.996, que após a consolidação trará reduções significativas nas dívidas tributárias. Quanto ao pagamento inicial de 20% previsto no Programa Refis, informamos que estamos pleiteando judicialmente a utilização de créditos para a liquidação desta parcela. Em função da discussão judicial sobre o pagamento inicial, os eventuais ganhos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

(b) O valor de R\$ 2.319, refere-se principalmente ao parcelamento das obrigações devidas ao SENAI, cujos valores foram parcelados em 180 parcelas mensais. Atualmente, o parcelamento encontra-se suspenso.

### NOTA 14 – DEBÊNTURES

Em novembro de 1998 foram emitidas e totalmente subscritas 48.571 debêntures de série única, conversíveis em ações preferenciais, com garantia flutuante, que corresponde a um saldo devedor em 31/12/2014 de R\$ 455.961 (R\$ 412.824 em 31/12/2013).

A emissão das debêntures foi aprovada nas 4ª e 5ª AGE de 19 de agosto e de 09 de outubro de 1998, respectivamente, e registrada na CVM sob o n.º SEP/GER-2/DCA-98/043, em 19 de novembro de 1998.

Através da Ata da 27ª Assembleia Geral Extraordinária, de 09 de junho de 2011, a Inepar aprovou o reescalonamento dos débitos junto ao BNDES, assumindo o compromisso de efetuar a amortização dos débitos em 120 prestações mensais, acrescidos de juros de 4% a.a. acima da TJLP.

O aumento no saldo das debêntures em 31/12/2014 deve-se as atualizações efetuadas de acordo com as cláusulas contratuais do contrato original, desconsiderando o acordo aprovado na 27ª AGE de 09 de junho de 2011, citada no parágrafo anterior. As atualizações estavam sendo reconhecidas com base em acordos informais com o BNDES levando-se em consideração os sucessos nas negociações anteriores onde foram excluídas, principalmente, as aplicações de multa e mora sobre os valores devidos. Este ajuste, por envolver valores de anos anteriores, motivou a reapresentação do balanço de 2013 conforme descrito na nota explicativa nº 5.

### NOTA 15 – IMPOSTOS DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, apurados em conformidade com o pronunciamento do IBRACON e pela Deliberação CVM nº 599/09 e Instrução CVM nº 371/02.

As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para que sejam utilizados na compensação das diferenças temporárias ou até o montante dos tributos diferidos passivos provisionados.

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o período é a seguinte:

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação Líquida dos Tributos Diferidos	Tributos Diferidos Ativos		Tributos Diferidos Passivos		
	Diferenças		Revisão de Vida Útil	Valor Justo Imobilizado	Total
	Temporárias	Total			
Em 31 de dezembro 2013	4.578	4.578	2.547	12.192	14.739
Constituição dos Tributos	485	485	-	-	-
Baixa dos Tributos	-	-	(76)	(727)	(803)
Em 31 de dezembro 2014	5.063	5.063	2.471	11.465	13.936

### NOTA 16 – PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia está envolvida em processos judiciais em andamento perante diferentes tribunais e instâncias de natureza trabalhista, tributária e cível. Para estes processos a Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais e as provisões foram efetuadas de acordo com a avaliação de seus assessores jurídicos.

A administração da Companhia prevê que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais, tais provisões são efetuadas de acordo com o grau de risco de perda conforme tabela abaixo:

	31/12/2014	
	Possível	Provável
Trabalhistas	447	2.821
Tributárias	8.051	3.688
Cíveis	488	391
Outros	-	601
	<b>8.986</b>	<b>7.501</b>

Para os processos cujas perdas foram consideradas como prováveis a administração efetuou registrou da provisão pelo montante estimado de perda.

**Trabalhistas** – reclamationárias trabalhistas vinculadas, em sua maioria, a vários pleitos indenizatórios. De acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Companhia, os riscos contingentes totais montam em R\$ 3.268 e a provisão constituída considera uma redução deste valor com base em um histórico de acordos e trabalhos técnico-jurídicos desenvolvidos nas Ações.

**Tributárias** – constituídas por processos da área federal (PIS, COFINS e INSS), Estadual (ICMS) e Municipal (ISS).

**Cíveis** – composto, na maior parte, por ações de execução, cobrança e indenização.

**Outros** – Constituição de provisão para futuras despesas no Consórcio Unamom.

### NOTA 17 – PARTES RELACIONADAS

#### 17.1 Transações com Partes Relacionadas

As transações com partes relacionadas foram realizadas a valores e prazos usuais de mercado. Os saldos das principais operações estão assim demonstrados em 31/12/2014:

	Ativo		Passivo	
	Mútuo		Mútuo	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Inepar S.A. Ind. e Construções - em Recuperação Judicial	270.085	314.790	-	11.366
Inepar Trading S.A.	-	15.279	-	-
IESA - Projetos Equiptos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	837	-	-	24.855
	<b>270.922</b>	<b>330.069</b>	<b>-</b>	<b>36.221</b>
	Resultado (Receitas)		Resultado (Despesas)	
	Receitas Financeiras		Despesas Financeiras	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Inepar Trading S.A.	705	852	-	-
Inepar S.A. Ind. e Construções - em Recuperação Judicial	-	-	599	639
IESA - Projetos Equiptos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	-	-	1.460	1.610
	<b>705</b>	<b>852</b>	<b>2.059</b>	<b>2.249</b>

**Mútuos** – abaixo a movimentação de mútuo com a empresa controladora e com as empresas ligadas. O saldo é exigível a qualquer tempo.



# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2013	Adições/ Baixas	Varição Monetária	31/12/2014
<b>ATIVO</b>				
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	-	837		837
Inepar Trading S.A.	15.279	(15.984)	705	-
Inepar S.A. Ind. e Construções - em Recuperação Judicial	314.790	(44.705)	-	270.085
	<b>330.069</b>	<b>(59.852)</b>	<b>705</b>	<b>270.922</b>
<b>PASSIVO</b>				
IESA - Projetos, Equip. e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial	24.855	(26.315)	1.460	-
Inepar S.A. Ind. e Construções - em Recuperação Judicial	11.366	(11.965)	599	-
	<b>36.221</b>	<b>(38.280)</b>	<b>2.059</b>	<b>-</b>

**Despesas financeiras** – valores decorrentes do reconhecimento, no resultado, das variações monetárias e/ou juros incidentes nos contratos de mútuos ativos.

a) Nos mútuos entre as empresas, os contratos prevêm taxas de juros pela variação do IPCA.

Todas as transações com partes relacionadas foram realizadas de acordo com os parâmetros de mercado. No exercício de 2014 a empresa procedeu ao encontro de contas e a liquidação dos saldos habilitados como quirografários entre as empresas do grupo Inepar que se encontram em Recuperação Judicial, através da cessão de créditos entre as empresas, compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. A ratificação dos lançamentos efetuados será submetida à aprovação pela Assembleia dos Credores.

### 17.2 - Remunerações do Pessoal da Administração

Conforme estabelecido e aprovado nas atas da controladora e de suas controladas para o período foi atribuída à remuneração dos administradores, em atendimento ao CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas, a seguir descritas:

	31/12/2014	31/12/2013
Remuneração de Diretores	34	33
<b>Total</b>	<b>34</b>	<b>33</b>

### NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital Social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 191.423, composto por 246.385.991 ações ordinárias e 66.034.745 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade da controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial.

### NOTA 19 – RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2014	31/12/2013
<b>Despesas Financeiras</b>		<b>Reapresentado</b>
Despesas com Debêntures	(43.135)	(70.769)
Juros s/Imp. e Contribuições	(4.014)	(5.022)
Variações Monetárias Passivas	(2.062)	(2.249)
Variações Cambiais	(579)	(908)
	<b>(49.790)</b>	<b>(78.948)</b>
<b>Receitas Financeiras</b>		
Outras Receitas Financeiras	628	260
Variações Monetárias Ativas	705	852
Variações Cambiais	551	301
	<b>1.884</b>	<b>1.413</b>
	<b>(47.906)</b>	<b>(77.535)</b>

# Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### NOTA 20 – OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Em 31/12/2014, o saldo de R\$ 30.665 refere-se, principalmente, a baixa de contas a receber relacionadas aos pleitos dos contratos do Metrô-RJ e Metrô-SP, que retornaram em função do encerramento do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC, cujos valores estão sendo reclamados por vias judiciais.

### NOTA 21 – COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADA)

As máquinas, equipamentos e demais ativos da Companhia estão segurados através da apólice de seguro compreensivo empresarial contratado pela Companhia IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial. A referida apólice possui cobertura de seguro contra incêndio e riscos diversos para todos os ativos que fazem parte da unidade industrial de Araraquara – SP, atualmente utilizada pela coligada IESA. Os estudos para determinação dos montantes e riscos para cobertura foram avaliados por especialistas independentes. A Administração considera que o montante de cobertura de seguro é suficiente para cobrir eventuais sinistros em seus equipamentos.

Principais coberturas/limites máximos de indenização válidos para todos os ativos da unidade de Araraquara-SP, onde se encontram as máquinas e equipamentos.

<b>Modalidade</b>	<b>Objeto</b>	<b>Cobertura</b>	<b>Vigência</b>
Seguro Compreensivo	Edifícios, Instalações, Maquinismos, Móveis, Utensílios, Mercadorias e Matérias-primas	157.000	De 10/10/2014 a 10/10/2015

Limite máximo de garantia da apólice R\$ 157.000

### NOTA 22 – VARIAÇÃO CAMBIAL

A exposição cambial está preponderantemente relacionada ao dólar norte-americano:

	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante	2.393	1.651
Não Circulante	1.131	1.845
<b>Passivo líquido R\$</b>	<b>(3.524)</b>	<b>(3.496)</b>
<b>Passivo líquido US\$</b>	<b>(1.327)</b>	<b>(1.492)</b>

A Companhia está sujeita ao risco cambial em decorrência de operações efetuadas em moeda estrangeira. Os montantes das variações cambiais registrados como receitas e despesas financeiras são, respectivamente, R\$ 551 (R\$ 301 em 30/12/2013) e R\$ 579 (R\$ 908 em 31/12/2013).

O montante de R\$ 3.524, registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica de títulos a pagar, refere-se ao financiamento efetuado pela ZF Hurth, para as importações de componentes que foram utilizados na linha de produtos metroferroviários.

### NOTA 23 – INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS

As informações por segmento para atendimento ao CPC 22 estão sendo apresentadas na empresa controlada IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial e na controladora Inepar S.A. Indústria e Construções - em Recuperação Judicial, pois, conforme informações constantes na nota explicativa nº 01, desde o ano de 2004 as atividades operacionais foram concentradas na IESA.

### NOTA 24 – RESULTADO POR AÇÃO

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade de ações emitidas.

**Inepar Equipamentos e Montagens S.A. - em Recuperação Judicial**  
**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Resultado por Ação

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
		Reapresentado
<b>Lucro/Prejuízo Líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia</b>		
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	(22.610)	(23.228)
Lucro/Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	(76.697)	(78.787)
	<u>(99.307)</u>	<u>(102.015)</u>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Quantidade de ações preferenciais emitidas	66.035	66.035
Quantidade de ações ordinárias emitidas	246.386	246.386
<b>Total</b>	<u>312.421</u>	<u>312.421</u>
<b>Resultado básico e diluído por ação (em Reais)</b>		
Ação preferencial	(0,342)	(0,352)
Ação ordinária	(0,311)	(0,320)

---

**DIRETORIA EXECUTIVA:**

Atilano de Oms Sobrinho – Diretor Presidente

Jauneval de Oms – Diretor Administrativo-Financeiro

Irajá Galliano Andrade – Diretor de Relações com Investidores

---

**CONTADOR:** Jair Malpica - CPF-667.583.788-53 - CRC-1SP100417/O-6

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

Fomos contratados para examinar as demonstrações contábeis da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial - que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo à descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo Base para abstenção de opinião, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria.

### **Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis**

#### **i) Recuperação judicial**

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, em conjunto com sua controladora Inepar S.A. Indústria e Construções e outras empresas do Grupo, ajuizou pedido de recuperação judicial, nos termos da Lei 11.101/05, que foi deferido em 15 de setembro de 2014. A decisão que deferiu o pedido de recuperação também estipulou a apresentação do plano de recuperação judicial para o dia 24 de novembro de 2014, o que foi cumprido pela Companhia. A Assembleia Geral de Credores foi convocada para o dia 24 de fevereiro de 2015.

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

Ao ser instaurada a Assembleia, um dos credores solicitou a suspensão da mesma, o que, após votação, foi aprovado, suspendendo-a até às 10 horas do dia 17 de abril de 2015. Porém, com o principal objetivo de finalizar os acordos em andamento com os principais credores, a Assembleia foi posteriormente adiada para 13/05/2015.

Dessa forma, a Companhia está em fase de aprovação do plano de recuperação judicial, não tendo mensurado até a presente data os efeitos sobre os saldos patrimoniais que poderiam decorrer da aprovação ou não do referido Plano pelos credores.

Em 31 de dezembro de 2014, as demonstrações contábeis foram preparadas, assim como os ativos e passivos classificados e valorizados, presumindo a continuidade normal dos negócios. Adicionalmente, a Companhia apresenta, nessa data, passivo à descoberto de R\$ 200.650 mil e prejuízo no exercício em montante de R\$ 99.307 mil. Dessa forma, o pressuposto de continuidade adotado na preparação dessas demonstrações contábeis depende da aprovação do plano de recuperação judicial pela Assembleia de Credores e da demonstração da viabilidade da continuidade por parte da administração da Companhia.

### ii) Mútuo a receber da controladora

Conforme descrito na nota explicativa nº 17 às Demonstrações Contábeis, a Companhia possui um saldo de R\$ 270.085 a receber de sua controladora Inepar S.A. Indústria e Construções, (também em recuperação judicial conforme descrito na nota explicativa nº 1) à título de mútuo, registrado na rubrica “Partes Relacionadas”, no ativo não circulante. A realização deste ativo está vinculada à aprovação do referido plano de recuperação judicial das Companhias pela Assembleia de Credores e da demonstração da viabilidade da continuidade das operações por parte da administração da Companhia e de sua Controladora.

### iii) Encontro de contas de saldos quirografários entre empresas ligadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 17 às demonstrações contábeis, a Companhia procedeu ao encontro de contas e a liquidação de determinados saldos, habilitados como quirografários no processo de recuperação judicial, entre empresas do Grupo Inepar. Tais liquidações foram efetuadas através da cessão de créditos entre as empresas, da compensação entre saldos devedores e credores, bem como pela transferência de créditos para a conta de adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC. A validade destas compensações e liquidações, por se tratarem de quirografários, dependerá de aprovação pela Assembleia dos Credores.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)**

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

### **iv) Parcelamento de impostos e contribuições a recolher**

Conforme descrito na nota explicativa nº 13 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, com base na Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) solicitou inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão, nas demonstrações contábeis do exercício de 2013, de valores anteriormente registrados no passivo circulante em montante de R\$ 66.235 mil. No entanto, os débitos incluídos no parcelamento não estavam em consonância com o determinado pela referida Lei e a reversão de passivos foi efetuada de forma inadequada.

Também conforme descrito na nota explicativa nº 13 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitou a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, a adesão ainda não está confirmada, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações contábeis.

### **Abstenção de opinião sobre as Demonstrações Contábeis**

Devido à relevância e abrangência dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas.



## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)**

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

### **Ênfase**

#### **Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2013**

Conforme descrito na nota explicativa nº 5, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 estão sendo reapresentadas incorporando o ajuste de complemento do saldo a pagar das debêntures, bem como da respectiva despesa financeira lançada no resultado do exercício, com vistas à correção de erro do ano de 2011 ocasionado pela reversão indevida de parte do saldo devido com base em acordo discutido, mas não formalizado, com os subscritores das debêntures. Auditamos e concordamos com esse ajuste.

### **Outros assuntos**

#### **a) Demonstrações do valor adicionado**

Fomos contratados para examinar, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. No entanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção “Bases para a abstenção de opinião sobre as demonstrações contábeis”, até esta data, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essa demonstração.

#### **b) Auditoria dos valores correspondentes – demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2013 originalmente apresentadas**

As demonstrações contábeis do exercício de 2013 originalmente apresentadas foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório de auditoria, datado de 10 de março de 2014, contendo ressalvas e ênfases que reproduzimos a seguir:

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

Ressalvas

### i) Parcelamento especial – Lei nº 12.865/13

Conforme descrito na nota explicativa nº 16 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, amparada pela Lei de reabertura do Refis (Lei nº 12.865/13 de 09 de outubro de 2013) solicitou nova inclusão de seus débitos previdenciários, impostos e contribuições federais consolidados junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil. A consolidação de débitos foi efetuada com apoio de consultores jurídicos especializados e resultou na reversão de valores anteriormente registrados no passivo circulante em montante de R\$ 66.235 mil. Desse montante, conforme mencionado na nota explicativa nº 5, R\$ 61.890 mil foram imputados a exercícios anteriores a 2011 e R\$ 4.345 mil ao resultado do exercício de 2012 já que foram considerados erros na apuração dos débitos incluídos no parcelamento original. Até o momento de emissão deste relatório de opinião, referida solicitação não havia sido deferida e homologada pela Receita Federal do Brasil, dessa forma não temos como concluir sobre a adequação da reversão de passivos efetuada.

Conforme descrito no item iii) do tópico Base para abstenção de opinião deste relatório, a Companhia e suas controladas, em 25/08/2014, com base na Lei nº 12.996/14, de 18 de junho de 2014, solicitaram a migração dos débitos anteriormente parcelados através da Lei nº 12.865 para os parcelamentos instituídos pela Lei nº 12.996/14. No entanto, a adesão ainda não está confirmada, em função de estar sendo pleiteada judicialmente a utilização de créditos para a liquidação da parcela inicial estipulada pela Lei nº 12.996/14, correspondente a 20% do valor devido. Os eventuais efeitos decorrentes deste novo parcelamento não estão refletidos nas demonstrações financeiras.

### ii) Continuidade operacional

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, a Companhia, desde o ano de 2004, concentrou e transferiu suas atividades operacionais e mercadológicas na sociedade coligada IESA – Projetos, Equipamentos e Montagens S.A., na qual participa em 25,40 % do capital. A partir desse momento, sua principal receita passou a ser de locação de seu ativo imobilizado à coligada. A Companhia, no exercício de 2013, apresentou prejuízo líquido de R\$ 46.556 mil e passivo circulante excedente em relação ao ativo circulante em R\$ 44.510 mil. Além disso, seu principal ativo, que representa 76% do ativo total, corresponde a mútuo a receber da Controladora em montante de R\$ 314.790 mil, tem liquidação incerta quanto a prazos e forma. Esse cenário gera incertezas quanto a capacidade financeira da Companhia liquidar suas obrigações registradas no passivo circulante. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e à classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade de a Companhia continuar operando.

[www.bakertillybrasil.com.br](http://www.bakertillybrasil.com.br)



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

Em 2014, em função da deterioração da situação financeira da Companhia e suas controladas, foi ajuizado pedido de recuperação judicial conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações contábeis.

### Ênfases

i) Evento subsequente – venda de participação em coligada

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 às Demonstrações Contábeis, em 11 de fevereiro de 2014 foi firmado com a empresa ligada INEPAR Telecomunicações S.A. Contrato de Compra e Venda de Ações, em que a Companhia vende sua participação de 25,4% no capital social da IESA - Projetos, Equipamentos e Montagens S.A..

Subsequentemente, mediante ação judicial movida por um credor da Companhia, a operação de venda foi cancelada.

ii) Diferença entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Inepar Equipamentos e Montagens S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (continuação)**

Aos administradores e acionistas  
Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em recuperação judicial  
São Paulo - SP

Em 2014, com as alterações efetuadas pelo International Accounting Standard Board no IAS 27 - *Separate Financial Statements*, as IFRS passaram a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

São Paulo, 29 de abril de 2015.

**Eduardo Affonso de Vasconcelos**  
Contador – CRC-1SP166001/O-3

**Celso Luiz da Costa Lobo**  
Contador – CRC-1SP251526/O-6

**Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S**  
CRC-2SP016754/O-1

[www.bakertillybrasil.com.br](http://www.bakertillybrasil.com.br)



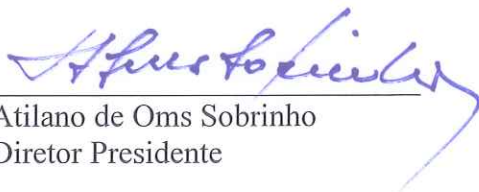
INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – em Recuperação Judicial

---

## DECLARAÇÃO

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 02.258.422/0001-97, estabelecida na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Moema – São Paulo-SP, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso V da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes.

São Paulo, 29 de Abril de 2015.



---

Atilano de Oms Sobrinho  
Diretor Presidente



---

Jauneval de Oms  
Diretor Adm-Financeiro



INEPAR EQUIPAMENTOS E MONTAGENS S.A. – em Recuperação Judicial

## DECLARAÇÃO

Inepar Equipamentos e Montagens S.A. – em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ sob número 02.258.422/0001-97, estabelecida na Alameda dos Jurupis, nº 455 – Moema – São Paulo-SP, **DECLARA**, por seus Diretores infra-assinados, nos termos do Artigo 25, § 1º, Inciso VI da Instrução CVM nº 480/09, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras.

São Paulo, 29 de Abril de 2015.

  
Atilano de Oms Sobrinho  
Diretor Presidente

  
Jauneval de Oms  
Diretor Adm.-Financeiro